



SETOR ELÉTRICO

Trabalhadores na luta por um novo modelo energético

**RENOVAR JÁ
O BRASIL
NÃO PODE PARAR**

Em 03 de Junho de 2011, atendendo a um pedido da Presidenta da República Dilma Rouseff, o Ministro Gilberto Carvalho instalou no âmbito da Secretaria Geral da Presidência a Mesa de Diálogos sobre Energia, com o objetivo precípuo de estabelecer um diálogo construtivo e propositivo com trabalhadores do setor de energia, juntamente com os atingidos por barragens, articulados em um grupo que aglutina e unifica, na perspectiva da construção de um campo popular, as plataformas de reivindicações desses dois segmentos sociais sobre o modelo energético brasileiro – a Plataforma Operária e Camponesa para Energia.

Para além de medidas de grande impacto na sociedade, tais como a redução do preço do gás de cozinha aos consumidores residenciais e a adoção da energia solar para o aquecimento de água para uso doméstico, a Plataforma traz para o debate no interior da Mesa temas ligados ao cotidiano laboral dos trabalhadores do setor energético, tal como a grande incidência de acidentes e mortes no trabalho desse setor, relacionados em grande medida ao processo de terceirização, e o tema que aflige no momento a todos os eletricitários, a Renovação das Concessões.

A partir das ações objetivas que vem desenvolvendo em vários estados, como os atos que ocorreram em Paulo Afonso/BA (17/11), Florianópolis/SC (08/12) e em Curitiba/PR (14/03), a Plataforma almeja criar condições para que o debate sobre a política energética aconteça também entre os trabalhadores e não fique restrito aos grandes grupos de investidores e consumidores intensivos de energia. Almeja também romper com a histórica exclusão de largos setores da sociedade, pretende que o debate sobre o planejamento da política energética nacional seja democratizado, possibilitando a discussão de aspectos basilares, tal como o financiamento público na área de energia a setores privados – que precisa estar acompanhado da exigência de condicionantes de responsabilidade de cunho social, trabalhista e ambiental. A Plataforma entende que as estatais devem ter – no mínimo, as mesmas condições de financiamento das empresas privadas.

À luz dessas premissas, a realização do “Seminário Nacional sobre o Modelo Energético: Atualidade e Perspectivas”, nos dias 19 e 20 de abril de 2012, em Brasília, tem como principal objetivo propiciar o debate sobre a política energética brasileira de maneira a permitir o aprofundamento das questões relativas ao modelo energético atual, bem como o enraizamento do debate junto a setores do governo, à sociedade em geral, e, especialmente, entre os trabalhadores.

Nesse sentido o seminário foi articulado em quatro temas, a saber: A energia e a estratégia de desenvolvimento para o País; Estado e Sociedade no planejamento e organização da indústria energética; Estado e Sociedade na regulamentação da indústria energética; As consequências do atual modelo para a sociedade.

Por parte do Governo participarão a Secretaria Geral da Presidência – Gilberto Carvalho, o Ministério das Minas e Energia – Edson Lobão, o Ministério do Meio Ambiente - Isabela Teixeira. As empresas estatais, Petrobrás – Maria das Graças Foster, Eletrobrás – José da Costa Carvalho Neto e EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – Maurício Tomalsquin. Em nome da Plataforma falarão integrantes da FNU, FUP, FISENGE e MAB.

Além das citadas, outras entidades estarão participando como ANEEL, ANP, Senado Federal, Câmara dos Deputados, CNBB, e CUT. Também participarão representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

As entidades representativas dos trabalhadores esperam que esse seminário seja um marco na mudança no conceito do modelo energético brasileiro, classificando a energia como um bem público gerido na perspectiva de atender aos interesses do povo brasileiro e da nação.

Os trabalhadores continuam na luta em defesa e fortalecimento das empresas públicas, tais como a Celesc e a Eletrosul e se mantém firmes nesse propósito até que seus objetivos sejam alcançados.

A Plataforma Operária e Camponesa para a Energia é composta pela FNU, FUP, FISENGE, SINERGIA/Fpolis, SENGE-PR, SINDIELETRO/MG, MAB, MST, MPA e Via Campesina.



Trabalhadores escolheram seus representantes nos Conselhos de Administração das Empresas

Conforme divulgado em boletins da Intersul, bem como outras edições do LINHA VIVA já relataram, os trabalhadores da Eletrosul e das demais empresas do Grupo Eletrobras puderam pela primeira vez, eleger representantes dos empregados nos Conselhos de Administração das Empresas. As eleições ocorreram no decorrer do mês de março, sendo que, apenas FURNAS ainda não tem a eleição definida, pois a data da eleição não coincidiu com as demais empresas do Grupo Eletrobras. Os sindicatos que compõem Intersul participaram incansavelmente de todas as movimentações e articulações que transformaram a reivindicação dos trabalhadores do setor elétrico em uma realidade estabelecida na lei e também no Acordo Coletivo de Trabalho. Esta é, portanto mais uma importante conquista da nossa categoria.

Também por solicitação das entidades que compõem a Intersul, se realizou na Eletrosul antes da eleição, dois debates que envolveram no primeiro turno todas as dez (10) chapas concorrentes e no segundo turno as duas (02) chapas mais votadas. Este processo propiciou uma boa discussão sobre os assuntos relacionados ao Conselho de Administração e uma maior participação dos trabalhadores. Ao final do processo eleitoral, os trabalhadores da Eletrosul escolheram como seus representantes no Conselho de Administração, a chapa 9, composta por Dino Gilioli e Wanderlei Lenartowicz, que es-

tabeleceram como base de sua proposta de atuação no Conselho, o reconhecimento da energia como bem público, a necessidade de renovação das concessões em um novo modelo que permita a preservação do caráter público da empresa e o cumprimento da sua missão de acordo com os interesses da sociedade.

Dino e Wanderlei participaram da eleição apoiados pelas entidades que compõem a Intersul. Por esta razão, os sindicatos que compõem a Intersul, vêm a público, agradecer a todos os trabalhadores da Eletrosul, independente da sua opção de voto, pois todos de alguma forma contribuíram para o sucesso deste processo de escolha democrática.

Além dos trabalhadores de um modo geral, outros agentes estiveram envolvidos e foram extremamente importantes neste processo, razão pela qual as entidades que compõem a Intersul também agradecem de maneira especial a todos os integrantes das demais chapas que concorreram nesta eleição, aos membros da comissão eleitoral que trabalharam exaustivamente na organização, e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para esta realização. O sucesso da eleição se transformará no sucesso da representação dos trabalhadores, na medida em que todos continuem a fazer a sua parte, pois do trabalho e dedicação de cada um, vem os frutos que são colhidos por todos.

ELETROSUL

Sindicatos da Intersul participam do planejamento nacional da campanha dos eletricitários.

As entidades que compõem a Intersul estão participando do planejamento da campanha nacional dos eletricitários, esta semana em São Luis – MA. Como já divulgado anteriormente, esta atividade é coordenada pelo CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários e define a pauta nacional da categoria com vistas ao ACT2012/2013, bem como as estratégias de campanha. Como dirigentes de entidades que compõem a Intersul, os representantes eleitos pelos empregados da Eletrosul no Conselho de Administração, Dino e Wanderlei, estarão participando do planejamento, onde também acontecerá uma reunião dos representantes eleitos pelos trabalhadores no Conselho de Administração das Empresas do Grupo Eletrobras.

Esta reunião tem por finalidade articular e organizar a ação conjunta dos representantes dos trabalhadores, fortalecendo a capacidade de atuação destes representantes nos conselhos de administração das empresas.

As próximas edições do LINHA VIVA e boletins da Intersul trarão os desdobramentos da reunião dos conselheiros eleitos assim como os encaminhamentos e o calendário de campanha definidos no planejamento da data-base. Mais uma vez, os sindicatos que compõem a Intersul conclamam os trabalhadores a participar efetivamente das atividades de campanha. O acordo coletivo de trabalho é o principal instrumento dos trabalhadores para manutenção e ampliação dos seus direitos e conquistas, mas a luta é de todos para que as conquistas também sejam de todos os trabalhadores.

CELESC

Criação de novas rubricas na folha de pagamento tem falha na comunicação com a Celos

A conquista do pagamento do auxílio doença e auxílio gestação com base em média de remuneração fixa no Acordo Coletivo de trabalho 2011/2012 gerou a necessidade da criação de novas rubricas na folha de pagamento.

Infelizmente, por uma falha de comunicação da empresa, a Celos não recebeu as novas rubricas e essas não foram contabilizadas na base de cálculo para o desconto previdenciário da Fundação. Desta forma, os trabalhadores que estiveram afastados em auxílio doença ou auxílio gestação não tiveram recolhidos em sua ficha financeira para base de contribuição previdenciária os valores referentes dessas rubricas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012.

Para que o trabalhador não tenha prejuízo em seu plano previdenciário, a Celos procederá com o desconto dos valores devidos na folha de pagamento do mês de março.

Lembramos que a média de remuneração fixa é um benefício ao trabalhador que fica afastado da empresa mantendo uma composição da sua remuneração como se em efetivo serviço estivesse, buscando eliminar ou diminuir o impacto negativo em seu salário, possibilitando uma tranquilidade para a sua recuperação. Assim como a Celos, os sindicatos da Intercel estarão à disposição para eventuais esclarecimentos.

Ato contra as privatizações dos serviços públicos reúne movimentos sociais em Florianópolis



Diversas organizações sociais e sindicatos organizaram suas bases e se reuniram em Florianópolis, dia 15 de março, em um ato unificado contra as privatizações dos serviços públicos. Na mobilização estiveram presente o Sindicato dos Eletricitários (Sinergia), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Sindicato dos Bancários (Seeb), Sindsaude, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado (Sinjusc), Sindaspisc, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Sintrafesc), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal (Sintrajusc), MAB, MST, entre outros.

Cerca de 6 mil pessoas participaram da manifestação, que teve início em frente à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e seguiram em marcha por cerca de dois quilômetros, defendendo a Renovação das concessões do Setor Elétrico e o fim das privatizações que vem sendo implantadas em instituições públicas das áreas de saúde, educação e energia.

A manifestação passou em frente à Secretaria de Educação, onde foi feito o protesto contra a falta de investimentos no ensino público e a falta de um piso salarial digno para os magistrados. O movimento encerrou as atividades em frente ao Terminal de Intergração do Centro de Florianópolis, sendo que todo o trajeto percorrido foi acompanhado e coordenado pela Polícia Civil, para que não atrapalhasse o trânsito.

A passeata demonstrou o grau de união e maturidade das entidades do campo e da cidade, que apesar de atuarem em áreas diferentes sofrem problemas semelhantes. A luta pelo bem público, por salário digno, boas condições de trabalho, segurança e a luta contra as privatizações são objetivos comuns entre as instituições.

Última audiência judicial de saúde e segurança contra Celesc

Foi realizada ontem dia 28 de março, a última Audiência da Ação Civil Pública relativa à saúde e a segurança dos trabalhadores da Celesc e das empresas terceirizadas. No entendimento do Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa é omissa e negligente em relação à saúde e segurança dos trabalhadores. Como consta nos autos, "resta evidente que as questões atinentes à preservação da saúde e vida dos trabalhadores não são consideradas prioridade pela Diretoria da empresa Ré". A Ação ajuizada em 2009 teve quatro audiências até agora. No ano de 2011, o perito nomeado pela Justiça fiscalizou o cumprimento dos doze itens ajuizados conforme petição inicial e gerou um relatório que foi entregue em nove de janeiro de 2012. Com mais de duzentas páginas, o documento fortalece a denúncia de que as condições de saúde e a segurança na empresa são tratadas com descaso.

Ao avaliar as atividades de campo em três serviços, o perito encontrou dez desconformidades na primeira atividade, seis na segunda e mais cinco na última. Nas mais de seis mil laudas analisadas foram encontradas 657 desconformidades. Em relação aos doze itens, o profissional tece uma série de comentários que serão divulgados nas próximas matérias, após a publicação da sentença.

Ainda como partes do processo, os sindicatos que compõem a Intercel, a pedido do MPT, contrataram um assistente de perito que, após averiguação, complementou as informações com algumas correções e endossou o relatório do perito judicial.

Desleixo

No início da ação a Celesc argumentava que os acidentes aconteciam pela dificuldade de comunicação entre eletricitistas e COD. Em razão do exposto, uma determinação judicial estabeleceu que a Celesc devesse implantar um sistema de comunicação de rádio. Contudo, até hoje o modelo não foi concluído.

Nesta conjuntura caótica, a gerência da DVSS atua em outras atividades e se mantém no cargo a pedido político mesmo tendo sido responsabilizado em Inquérito Administrativo.

O que mais será preciso acontecer, além das mortes e mutilações já noticiadas, para que mudanças sérias sejam realizadas na área de saúde e segurança da empresa?

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489). Conselho Editorial: Amilca Colombo. Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC. CEP 89206-000. Fone (047) 3028-2161. E-mail: sindsc@terra.com.br - Site: www.sindinorte.org. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ÁGUA E ENERGIA

Dia 22 de março dia Mundial da Água os atingidos pela barragem de Garibaldi que estão acampados na comunidade Nossa senhora das Graças em Abdon Batista, em Santa Catarina, realizaram uma assembleia às 9 horas da manhã no salão Paroquial. Com a participação da Comissão dos Direitos Humanos de Brasília, uma representação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sinergia, padres e uma comissão composta por cinco deputados Estaduais de Santa Catarina. Na pauta os direitos dos atingidos pela barragem. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, liderado pela Deputada Estadual, Partido dos Trabalhadores (PT), Luciana Carminati, reconheceu a violação dos direitos humanos dos atingidos, no processo de construção da UHE de Garibaldi em Abdon Batista. Será elaborado um relatório com as entrevistas e depoimentos coletados na região que vai ser entregue à Ministra da Comissão dos Direitos Humanos, Maria do Rosário e ao Ministro da Presidência da República Gilberto Carvalho.



Na audiência nove atingidos pela barragem Garibaldi prestaram depoimento as autoridades que estavam presentes. Os mesmos explicaram como é o tratamento da empresa Triunfo em relação aos agricultores atingidos. Emocionada Neusa Raitz foi uma das agricultoras que contou o que está ocorrendo em sua comunidade em São José do Cerrito. "Cerca de 50% de nossas terras serão alagadas e dependemos dela para a nossa sobrevivência, porque é ali onde produzimos a nossa comida, e mantemos as nossas famílias, isso é uma injustiça o que a empresa Triunfo está fazendo com os atingidos".

Para o diretor do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (Sinergia), Jerry Conceição, o Brasil não precisa de tantas barragens, buscar outras formas de energia alternativas e uma campanha educativa na população para educar a usar bem energia (como no apagão de 2001) e o fim do subsídio a indústria dariam conta da demanda. As empresas estão construindo mais usinas para ganhar dinheiro, já que a compra é garantida, mesmo não gerando, e não é diferente aqui em Garibaldi. "Isso que a empresa Triunfo está fazendo com os atingidos é

pura sacanagem".

No dia 23, aconteceu em Lages no Ministério Público Estadual uma reunião de negociação entre os atingidos, governo federal e a empresa construtora. Dentre as reivindicações está um acordo que assegure o direito de reassentamento aos agricultores atingidos, garantindo que os mesmos continuem produzindo alimentos como forma de geração de renda para a família.

Neste momento em que querem se apropriar dos nossos bens naturais, cabe a nós, em conjunto com demais organizações sociais, sindicais e pastorais, realizar ações de forma articulada, de caráter nacional e internacional, visando laços de unidade e a integração solidária, a fim de desenvolver ações de denúncia e de debate que elevem o nível de consciência e que gerem simpatia na sociedade, estabelecendo processos de pressão popular sobre governos, parlamentares e corporações internacionais. A construção desse projeto dos trabalhadores e trabalhadoras deverá ser obra do protagonismo da própria classe trabalhadora. A Plataforma Operária e Camponesa para a Energia vem a público manifestar sua posição em defesa da água e da energia como um bem público e direito fundamental dos homens e mulheres.

